

DECRETO Nº XXXX, DE XX DE NOVEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei nº 12.787,
de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a
Política Nacional de Irrigação.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Política Nacional de Irrigação, a ser executado em todo o território nacional.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I - agricultor irrigante familiar: pessoa física, classificada como agricultor familiar nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e que pratique a agricultura irrigada, e, no caso de Projeto Público de Irrigação, que seja detentor de uma única unidade parcelar de agricultor irrigante familiar, com área definida pelos estudos de viabilidade para o projeto;

II - pequeno agricultor irrigante: pessoa física ou jurídica que, excetuados os classificados nos critérios estabelecidos no inciso I, seja detentor de posse a qualquer título de área prevista no inciso II, do art. 4 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e que pratique agricultura irrigada, ou, no caso de Projeto Público de Irrigação, que seja detentor de área correspondente entre 1 a 4 unidades parcelares de agricultor irrigante familiar;

III - médio agricultor irrigante: pessoa física ou jurídica que seja detentor de posse a qualquer título de área prevista no inciso III, do art. 4º da Lei nº 8.629, de 1993, e que pratique agricultura irrigada, ou, no caso de Projeto Público de Irrigação, que seja detentor de área correspondente entre 4 a 15 unidades parcelares de agricultor irrigante familiar;

IV - grande agricultor irrigante: pessoa física ou jurídica que seja detentor de posse a qualquer título de área superior à prevista no inciso III deste artigo, e que pratique agricultura irrigada, ou, no caso de Projeto Público de Irrigação, que seja detentor de área superior ao correspondente a 15 unidades parcelares de agricultor irrigante familiar até a área máxima definida pelo estudo de viabilidade e prevista no edital de licitação das unidades parcelares;

V - Tarifa K1: tarifa de uso ou amortização de investimento da infraestrutura de irrigação de uso comum e da infraestrutura de apoio à produção, inclusive reserva legal;

VI - Tarifa K2: tarifa referente ao rateio das despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção, e, quando for o caso, reserva técnica para expansão e modernização;

VII - Estudo de Viabilidade: conjunto de estudos que analisam os fatores técnicos, econômicos, sociais e ambientais, de forma a determinar a viabilidade e a sustentabilidade de um empreendimento de irrigação, devendo também prever os indicadores, os planos de emancipação e da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção;

VIII- Plano de Emancipação: instrumento de planejamento elaborado com base nos estudos de viabilidade do projeto e na situação atual, que deve contemplar diagnóstico, indicadores, metas, cronograma, monitoramento, avaliação e revisão periódica, cujos objetivos visam a emancipação e a posterior transferência da propriedade ou privatização das infraestruturas de irrigação de uso comum;

IX - Plano de Transferência da propriedade da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção: instrumento de planejamento elaborado com base no diagnóstico, que deverá conter inventário, avaliação patrimonial, caderno de encargos, obrigações, indicadores, metas, cronograma; e prever critérios para monitoramento e avaliação do processo, quanto ao que será efetivamente transferido, em consonância com a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para definição do instrumento legal a ser celebrado.

X - Organização de Irrigantes: estrutura de gestão democrática e participativa composta por todos os agricultores irrigantes cadastrados no projeto de irrigação, que tem função executiva, consultiva, deliberativa e fiscalizatória.

XI - Autorização para Concessão de Água: autorização para captação de água emitida pelo Gestor do Projeto Público de Irrigação para uso em ampliações de áreas irrigáveis em unidades parcelares de agricultor irrigante, conversão de unidades parcelares não-irrigáveis em irrigáveis e incorporações de áreas externas adjacentes, dentro do limite da vazão outorgada para cada Projeto Público de Irrigação.

§ 1º As faixas de Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA), definidas nos atos normativos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), serão utilizadas para fins de incentivos fiscais, crédito e seguro rural.

§ 2º Para fins de assistência técnica e extensão rural em projetos públicos e privados de irrigação, terão prioridade os irrigantes enquadrados nos incisos I e II.

§ 3º As classificações previstas nos incisos I a IV serão aplicadas sem prejuízo das demais classificações previstas em políticas afins.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS

Seção I

Do Princípio da Gestão Democrática e Participativa

Art. 3º O princípio da gestão democrática e participativa dos Projetos Públicos de Irrigação com infraestrutura de irrigação de uso comum possui como mecanismo básico uma Organização de Irrigantes composta por todos os produtores irrigantes cadastrados no projeto.

§ 1º Nos casos de execução do Projeto Público de Irrigação por módulos que possibilitem a operação e produção nas unidades parcelares antes da conclusão total do projeto, os produtores irrigantes cadastrados em módulos aptos à produção deverão constituir uma Organização de Irrigantes.

§ 2º Quando possível, à medida que novos módulos produtivos entrarem em operação, os irrigantes cadastrados para as fases subsequentes deverão se associar a Organização de Irrigantes do primeiro módulo produtivo em operação.

§ 3º O Poder Público deverá disciplinar a criação, competências e o funcionamento da Organização de Irrigantes prevista no **caput** deste artigo, a qual terá função executiva, consultiva, deliberativa e fiscalizatória, para os casos previstos nos incisos do art. 25 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

§ 4º O Poder Público deverá, preferencialmente, delegar à Organização de Irrigantes prevista no **caput**, as atividades de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum.

Seção II

Dos Incentivos aos Projetos Privados de Irrigação

Art. 4º O Poder Público, com vista aos objetivos da Política Nacional de Irrigação, incentivará os projetos privados de irrigação mediante, entre outras:

I - a implementação dos instrumentos previstos no art. 5º da Lei nº 12.787, de 2013, por meio de programas e incentivos propostos pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, em articulação com outros órgãos e entidades.

II - a implantação direta ou indireta de infraestrutura de irrigação de uso comum que sirvam para suporte à prática de irrigação e drenagem em benefício de projetos privados, conforme critérios do art. 26 da Lei nº 12.787, de 2013.

Seção III

Dos Planos e Projetos de Irrigação

Art. 5º Os Planos de Irrigação visam a orientar o planejamento e a implementação da Política Nacional de Irrigação, em consonância com os Planos de Recursos Hídricos, e abrangerão o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico das áreas com aptidão para agricultura irrigada, em especial quanto à capacidade de uso dos solos e à disponibilidade de recursos hídricos;

II - hierarquização de regiões ou bacias hidrográficas prioritárias para a implantação de Projetos Públicos de Irrigação, com base no potencial produtivo, em indicadores socioeconômicos e no risco climático para a agricultura;

III - levantamento da infraestrutura de suporte à agricultura irrigada, em especial quanto à disponibilidade de energia elétrica, sistema de escoamento e transportes;

IV - indicação das culturas e dos sistemas de produção, dos métodos de irrigação e drenagem a serem empregados e dos arranjos produtivos recomendados para cada região ou bacia hidrográfica.

§ 1º Os Planos de Irrigação conterão previsão das fontes de financiamento e estimativas acerca dos recursos financeiros requeridos.

§ 2º O Plano Nacional de Irrigação terá caráter orientador para a elaboração dos planos e projetos de irrigação pelos Estados e pelo Distrito Federal e caráter determinativo para a implantação de Projetos Públicos de Irrigação pela União.

§ 3º Na elaboração dos Planos Estaduais de Irrigação, as unidades da Federação deverão consultar os comitês de bacias de sua área de abrangência.

Art. 6º Além do conteúdo de que trata o art. 5º, ato do Ministério da Integração Nacional disciplinará outros conteúdos necessários aos Planos de Irrigação incluindo, conforme as peculiaridades da unidade da Federação, os seguintes conteúdos:

I - programas, projetos e ações institucionais visando criar um ambiente propício ao investimento, à expansão e ao desenvolvimento da agricultura irrigada;

II - cenários de expansão e desenvolvimento da agricultura irrigada, a partir dos fatores relacionados ao setor;

III - indicação de regiões com comprovada aptidão para implementação e desenvolvimento dos projetos privados de irrigação, de que trata o art. 26 da Lei nº 12.787, de 2013.

Art. 7º O Plano Nacional e os Planos Estaduais de Irrigação serão elaborados para vigência por prazo indeterminado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e deverão ser atualizados ou revistos a cada 4 (quatro) anos;

Art. 8º Os Planos Estaduais de Irrigação elaborados e adotados como política pública até a data da publicação deste Decreto deverão ser adequados em até quatro anos após a publicação do Plano Nacional de Irrigação.

Seção IV

Do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação

Art. 9º O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, ficará responsável pela implementação, coordenação e articulação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, juntamente aos Estados, Distrito Federal, Municípios, demais órgãos e entidades federais.

Art. 10. O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação deverá ser desenvolvido e implementado de forma articulada com os demais sistemas de informações governamentais na área de meio ambiente, recursos hídricos, energia elétrica, transportes e demais infraestruturas de suporte à produção agrícola irrigada, em especial, ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Art. 11. O encaminhamento, a inserção e a atualização dos dados referentes ao Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação são condições para os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as entidades públicas e privadas gestoras do projeto receberem recursos de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares destinados aos programas, projetos e ações na área da agricultura irrigada.

Art. 12. O encaminhamento, a inserção e a atualização dos dados referentes ao Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação são condições para os órgãos e as entidades federais receberem créditos orçamentários do Poder Público destinados aos programas, projetos e ações na área da agricultura irrigada.

Art. 13. Deverão ser disponibilizados e atualizados no Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, anualmente, os valores fixados, cobrados e recebidos das tarifas K1 e K2, bem como as despesas custeadas, conforme o parágrafo 2º do art.33.

Art. 14. Ato do Ministério da Integração Nacional estabelecerá as diretrizes, os critérios, os mecanismos de operação e os demais detalhamentos do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, visando sua implementação e seu funcionamento.

Seção V

Do Crédito e do Seguro Rural

Art. 15. O Ministério da Integração Nacional comporá a Comissão Consultiva de Crédito Rural como membro.

Parágrafo único. O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, contribuirá na formulação da Política de Desenvolvimento da Produção Rural, fixada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Sistema Nacional de Crédito Rural, nos termos da Lei nº 12.787, de 2013, de modo a:

I- apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável;

II- contribuir para a segurança alimentar, diversificação da matriz energética e fornecimento de matérias primas;

III- promover investimentos em infraestruturas de projetos de irrigação, em especial a infraestrutura elétrica, hídrica, armazenagem, viária, além dos equipamentos de irrigação.

Art. 16. Os projetos de irrigação serão classificados pela sua eficiência com parâmetros para cada método de irrigação, por meio de ato do Ministério da Integração Nacional em concordância com o art. 12 da Lei nº 12.787, de 2013.

Art. 17. O Ministério da Integração Nacional, em articulação com órgãos públicos afins, poderá propor a criação de modalidades de seguro agrícola específicas para a agricultura irrigada.

Parágrafo único. As modalidades de seguro de que trata o **caput** deverão prever mecanismos que reduzam o custo de contratação em virtude da redução dos riscos de frustração da produção da agricultura irrigada, cuja responsabilidade de contratação caberá ao agricultor irrigante.

Art. 18. O Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural será composto pelos seguintes membros:

.....(NR)

VIII - um representante do Ministério da Integração Nacional.”

Seção VI

Da Formação de Recursos Humanos, da Pesquisa Científica e Tecnológica, da Assistência Técnica e do Treinamento dos Agricultores Irrigantes

Art. 19. O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, em articulação com outros órgãos e entidades afins, desenvolverá programas para a formação e a capacitação de recursos humanos em agricultura irrigada.

Parágrafo único. Os programas de capacitação e formação de recursos humanos deverão contemplar um processo de aprendizagem ativa e contínua, considerando o nível de escolaridade do público a ser capacitado, bem como as necessidades regionais.

Art. 20. O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, deverá definir temas prioritários e desenvolver programas de pesquisa e transferência de tecnologia para agricultura irrigada, em articulação com instituições públicas participantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e outros órgãos e entidades afins.

Art. 21. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, deverá garantir a assistência técnica e a extensão rural com padrão específico para a agricultura irrigada nos projetos públicos e privados de irrigação, em caráter

continuado e com orientação para resultados sociais, econômicos e ambientais, nos termos da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 e da Lei nº 12.897, de 18 dezembro de 2013.

Parágrafo único. O Poder Público poderá desenvolver outros modelos de assistência técnica e extensão rural com padrão específico para a agricultura irrigada nos projetos públicos e privados de irrigação.

Seção VII

Da Certificação dos Projetos de Irrigação

Art. 22. Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da Lei nº 12.787, de 2013, a responsabilidade pela certificação dos projetos de irrigação.

Art. 23. Para obter a certificação, os projetos públicos e privados de irrigação e as unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação deverão comprovar o uso racional dos recursos hídricos disponíveis, incluindo os aspectos quantitativos e qualitativos associados à água e à tecnologia de irrigação.

§ 1º Deverão ser definidos por meio de ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - Normas, procedimentos e requisitos para solicitação, cadastro, análise, aprovação, fiscalização, validade e divulgação dos projetos de irrigação certificados, inclusive a relação e a forma de apresentação da documentação necessária para obtenção da certificação;

II - Indicadores que atestem o uso racional dos recursos hídricos nos aspectos apontados no **caput** deste artigo para diferentes níveis de certificação;

III - Possíveis benefícios aos projetos de irrigação certificados no âmbito da sua competência, nos termos da lei;

IV - Normas, procedimentos e requisitos a serem observados no credenciamento de entidades e profissionais certificadores;

V - Forma e periodicidade mínima de monitoramento e fiscalização dos projetos de irrigação certificados.

§ 2º Na solicitação da certificação o titular do projeto de irrigação deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pela assistência técnica do projeto de irrigação e, quando for o caso, a outorga do direito de uso de água e a licença ambiental, sem prejuízo de outros documentos previstos na legislação correlata.

§ 3º Quando não forem exigidas a outorga do direito de uso de água ou a licença ambiental, deverá ser informada a base legal para tal isenção ou o instrumento legal que produza efeito equivalente.

§ 4º Os requisitos de enquadramento no processo de certificação que resultarem em obrigações para outros órgãos da administração pública federal direta e indireta que não o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão definidos em Portaria Interministerial.

Art. 24. Os projetos públicos e privados de irrigação e as unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação certificados poderão obter benefícios, nos termos da lei.

Parágrafo único. Os possíveis benefícios mencionados no **caput**, quando concedidos por outros órgãos da administração pública federal direta e indireta que não o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão ser definidos em Portaria Interministerial.

CAPÍTULO V

DA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Seção I

Da Responsabilidade Técnica

Art. 25. Os projetos de irrigação deverão ser elaborados e executados por profissional habilitado com registro no respectivo conselho de classe.

§ 1º Os projetos de que trata o **caput** deverão ser elaborados e executados mediante registro da Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 2º Os projetos privados dos produtores enquadrados nos incisos I e II do art. 2º poderão ser elaborados pelas entidades responsáveis pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Seção II

Dos Projetos Públicos de Irrigação e das Infraestruturas de Uso Comum, de Apoio à Produção e da Unidade Parcelar

Subseção I

Dos Critérios para Implantação e Operação dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 26. Considera-se de interesse social a área do Projeto Público de Irrigação, para efeito deste Decreto, declarada, no todo ou em parte, por ato do Ministério da Integração Nacional, e concebida para promover o desenvolvimento local e regional nas regiões com baixos indicadores sociais e econômicos ou para o reassentamento de populações desalojadas por força de empreendimento público.

§ 1º A área de interesse social será integralmente destinada a agricultores irrigantes familiares, priorizando os desalojados pela implantação do Projeto Público de Irrigação.

§ 2º Os órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas da agricultura familiar e de irrigação deverão promover ações integradas, de forma participativa com a Organização de Irrigantes, para o atingimento da sustentabilidade econômico-financeira e ambiental dos Projetos

Públicos de Irrigação, que deverá ser avaliada por meio dos indicadores estabelecidos nos estudos de viabilidade.

§ 3º O Ministério da Integração Nacional deverá executar o monitoramento e a avaliação dos Projetos Públicos de Irrigação de interesse social, para o acompanhamento da evolução de sua sustentabilidade, consoante com os planos orçamentários públicos, de forma a subsidiar as decisões quanto às ações e aos investimentos a serem propostos e implementados.

§ 4º Os Projetos Públicos de Irrigação que contenham área declarada de interesse social, quando atingirem as metas dos indicadores que demonstrem a melhoria da sustentabilidade, deverão ser declarados passíveis de emancipação, conforme estabelecido no art. 43.

Art. 27. Ato do Ministério da Integração Nacional deverá disciplinar os critérios a serem observados na elaboração dos editais de implantação, de ocupação e de prestação dos serviços de irrigação em Projetos Públicos de Irrigação, com base nos respectivos estudos de viabilidade.

§ 1º Os editais de implantação, de ocupação e de prestação dos serviços de irrigação deverão prever, no mínimo:

I - o modelo de exploração, baseado no estudo de viabilidade técnica, hídrica, econômica, social e ambiental, quando for o caso;

II - a forma de seleção de agricultores irrigantes, em especial os agricultores irrigantes familiares, consoante a legislação aplicável, quando for o caso, nos termos do art. 40.

III - as especificações técnicas dos serviços de irrigação: atividade de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum;

IV - as especificações técnicas para implantação de obras complementares, quando for o caso;

V - a composição tarifária e outros preços a que estarão sujeitos os agricultores irrigantes, inclusive pagamento pelo uso da água e do Imposto Territorial Rural das respectivas áreas de uso comum;

VI - a forma de regulação tarifária, considerando a sistemática de cálculo e aprovação das composições tarifárias, nos termos do art. 32;

VII - a forma de gestão e regularização fundiária, estabelecendo as responsabilidades sobre as ações;

VIII - a forma de gestão e regularização ambiental, estabelecendo as responsabilidades sobre as ações;

IX - estipular prazos e condições para emancipação e para a transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção dos empreendimentos, com base no estudo de viabilidade técnica, hídrica, econômica, social e ambiental, quando for o caso.

§ 2º Aplicar-se-ão, no que couberem, os incisos do parágrafo anterior aos instrumentos de delegação de competência firmados com as Organizações de Irrigantes.

Art. 28. As infraestruturas sociais nos Projetos Públicos de Irrigação deverão ser implementadas em consonância com os planos diretores municipais, e transferidas aos entes responsáveis pelos respectivos serviços públicos.

Art. 29. Para que Projetos Privados de Irrigação sejam beneficiados com a implantação da infraestrutura de irrigação de uso comum pelo Poder Público, os irrigantes deverão estar organizados em conformidade com o art. 3º.

Art. 30. Nos projetos privados atendidos com a implantação de infraestrutura de irrigação de uso comum com recursos públicos, os irrigantes deverão efetuar pagamentos periódicos da tarifa K1, nos termos do art. 32.

Art. 31. Nos Projetos Públicos de Irrigação implementados a partir da data de publicação deste Decreto, a transferência da propriedade ou a cessão das unidades parcelares e das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção aos agricultores irrigantes será realizada com base nos estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental.

§ 1º A previsão da transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção para as respectivas organizações de irrigantes que executam os serviços de irrigação, será realizada em conformidade com os respectivos planos de transferência da propriedade, na forma estabelecida em ato do Ministério da Integração Nacional.

§ 2º As áreas de reserva legal e de proteção permanente são vinculadas à propriedade e deverão integrar o processo de transferência das infraestruturas previstas no **caput** deste artigo.

§ 3º A transferência definitiva da propriedade da unidade parcelar será efetuada por alienação para o irrigante, mediante escritura pública definitiva, a qualquer época, após a quitação de todas as parcelas referentes à titulação da terra e suas benfeitorias constantes do contrato de financiamento firmado entre o Poder Público e o irrigante para aquisição da unidade parcelar, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 38, da Lei nº 12.787, de 2013.

§ 4º As demais formas de transferência da unidade parcelar serão disciplinadas por ato do Ministério da Integração Nacional, observadas as condições de seleção inicial previstas nos editais de cada Projeto Público de Irrigação, devendo ser executadas pelo Gestor do Projeto Público de Irrigação.

§ 5º Os irrigantes detentores de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) resolúvel poderão adquirir suas unidades parcelares após o decurso do prazo contratual, conforme as cláusulas e condições estabelecidas no edital de licitação das unidades parcelares e no contrato de CDRU firmado entre o Poder Público e o irrigante para a concessão da unidade parcelar.

Art. 32. O Ministério da Integração Nacional fixará as diretrizes para a elaboração dos regulamentos e normas de planejamento e execução dos serviços de irrigação.

Art. 33. Ato do Ministério da Integração Nacional disciplinará a metodologia para os cálculos das tarifas K1 e K2, bem como os prazos e as condições para o pagamento ou amortização, conforme o caso.

§ 1º Os valores das tarifas K1 e K2 serão fixados anualmente por ato do Ministério da Integração Nacional.

§ 2º Os valores da tarifa K2 serão apurados com base nos planos operativos anuais propostos pelas organizações de irrigantes.

§ 3º Os valores da tarifa K2 apurados, cobrados, recebidos e as despesas custeadas por tais recursos no exercício anterior serão referendados anualmente pelo órgão ou entidade pública responsável pelo acompanhamento do projeto e disponibilizados no Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação.

§ 4º Nos Projetos Públicos de Irrigação que contenham área declarada de interesse social, os valores das tarifas K2 serão estabelecidos pela respectiva entidade pública responsável, observando os procedimentos previstos no §§ 3º e 4º do art. 26, com base no plano operativo.

§ 5º A aplicação dos recursos provenientes da arrecadação da tarifa K1 será disciplinada por ato do Ministério da Integração Nacional.

Art. 34. Nos Projetos Públicos de Irrigação em que for constatado o comprometimento da sustentabilidade da gestão, a entidade pública responsável deverá elaborar diagnóstico, com base nos estudos de viabilidade, e indicar os procedimentos necessários para a sua recuperação, com possibilidade de sua eventual participação financeira, por prazo definido, desde que justificada e haja disponibilidade orçamentária.

§ 1º Nos casos previstos no **caput** deste artigo, ato do Ministério da Integração Nacional disciplinará a eventual participação financeira da entidade pública responsável pelo projeto no rateio das despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção;

§ 2º A entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação poderá ainda adotar, por prazo determinado, outras alternativas para a execução dos serviços de irrigação, cujas despesas serão ressarcidas pelos agricultores irrigantes na forma de pagamento da tarifa K2.

Art. 35. Os pagamentos pelo uso ou aquisição da terra, assim como das infraestruturas e outras benfeitorias parcelares realizadas pelo Poder Público serão estabelecidas nos editais de licitação das unidades parcelares, com base nos estudos de viabilidade do projeto, com até 5 (cinco) anos de carência para primeira parcela, mais 25 (vinte e cinco) anos para total quitação.

§ 1º Os prazos e as condições de amortização com relação ao uso ou à aquisição da terra poderão ser revisados pela entidade responsável pelo Projeto Público de Irrigação, nos casos de ocorrência de fatos que comprometam a sustentabilidade do mesmo, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

§ 2º Caso seja indicado pelo estudo de viabilidade, o edital de licitação das unidades parcelares dos Projetos Públicos de Irrigação considerados de interesse social deverá prever a

cobrança dos custos de implantação da infraestrutura das unidades parcelares, que poderão ser incluídos no valor da terra.

Art. 36. As ampliações de áreas irrigáveis em unidades parcelares de agricultor irrigante, a conversão de unidades parcelares não-irrigáveis em irrigáveis e as incorporações de áreas externas adjacentes aos Projetos Públicos de Irrigação deverão ser disciplinadas pelo Ministério da Integração Nacional e autorizadas pelo gestor do Projeto, atendendo as seguintes condições mínimas:

I - comprovar o exercício pleno da propriedade do imóvel;

II - apresentar o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR;

III - apresentar o georreferenciamento da respectiva área, quando em caso de expansão em áreas externas adjacentes;

IV - apresentar o Cadastro Ambiental Rural – CAR, quando em caso de expansão em áreas externas adjacentes;

V - comprovar, por meio de estudos técnicos, a aptidão da área de expansão à prática da agricultura irrigada, conforme norma de classificação de terras para a irrigação;

VI - haver disponibilidade de água do sistema de distribuição, no ponto pretendido, respeitada a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos do Projeto Público de Irrigação.

§ 1º O gestor do projeto deverá emitir para o requerente a Autorização para Concessão de Água e celebrar com ele o contrato de fornecimento de água, observando as condições estabelecidas neste Decreto e na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 2º Nos casos de ampliação de áreas que sejam destinadas ao uso individual ou coletivo, particular ou público, inclusive assentamento de reforma agrária, estas poderão ser atendidas com o fornecimento de água para irrigação desde que observadas as condições estabelecidas no **caput** deste artigo e no parágrafo anterior.

Art. 37. Nos casos em que a implantação da infraestrutura parcelar for de responsabilidade do agricultor irrigante, os editais de seleção de irrigantes estabelecerão os critérios e as condições para a apresentação das propostas pelos irrigantes, que contemplarão os prazos previstos nos respectivos planos de exploração, observando-se ainda, as obrigações e as penalidades previstas na Lei nº 12.787, de 2013.

Subseção II

Da Infraestrutura dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 38. Nos casos em que for necessária a implantação de infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção no interior das unidades parcelares, realizadas após a sua ocupação, estas serão disciplinadas por ato do Ministério da Integração Nacional.

Subseção III

Das Unidades Parcelares dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 39. A unidade parcelar da classe de agricultor irrigante familiar é indivisível e terá área suficiente para garantir sua sustentabilidade econômica, com base nos estudos de viabilidade do Projeto Público de Irrigação e observando a legislação pertinente.

§ 1º No caso da retomada de unidades parcelares das demais classes de irrigantes pelo gestor do Projeto de Público de Irrigação, estas poderão ser divididas, desde que observada a área da unidade parcelar mínima para o projeto, definida nos estudos de viabilidade, e os demais critérios deste Decreto;

§ 2º No caso do parágrafo anterior, os custos para a reformulação da infraestrutura de irrigação de uso comum, para atender à classe de agricultor irrigante familiar, deverão ser suportados pela entidade pública responsável pelo projeto, ou, no caso de destinação a assentamento de reforma agrária, serão suportados pelo órgão responsável pela reforma agrária;

§ 3º Os agricultores irrigantes selecionados para as novas unidades parcelares implantadas com a situação prevista nos §§ 1º e 2º estarão sujeitos às obrigações e demais condições estabelecidas neste Decreto;

§ 4º Os demais casos de rearranjo fundiário, tanto desmembramento como remembramento de unidades parcelares, deverão ser formalmente autorizadas pela entidade pública responsável pelo projeto e os custos para as respectivas adequações da infraestrutura deverão ser arcados pelo interessado, inclusive eventuais indenizações de infraestruturas implantadas pelo Poder Público.

Subseção IV

Do Agricultor Irrigante dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 40. A seleção de agricultores irrigantes para Projetos Públicos de Irrigação, definido em edital de licitação das unidades parcelares, será realizada observando-se a legislação pertinente e os seguintes critérios mínimos, com base nos estudos de viabilidade dos respectivos projetos:

- I - ter nacionalidade brasileira;
- II - não ser agente público na data da ocupação do lote;
- III - não ter sido possuidor de unidade parcelar de irrigante retomada pela entidade pública responsável pelo projeto;
- IV - apresentar declaração de bons antecedentes conforme disposto na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 1º O enquadramento em cada uma das classes de irrigantes, arroladas nas definições do art. 2º, respeitará os seguintes requisitos:

- a) agricultor irrigante familiar:
 - 1. comprovar não ser proprietário de imóvel rural para fins agrícolas; e,
 - 2. possuir Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP; ou

3. comprovar experiência em agricultura por meio de declaração de entidade de classe ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou

4. ser agricultor desalojado de área de implantação de Projeto Público de Irrigação e outros empreendimentos públicos; ou

5. ser produtor assentado e atendido por programas de reforma agrária destinados à agricultura familiar.

b) pequeno agricultor irrigante:

1. comprovar não ser possuidor de área superior à prevista para a classe conforme definido no art. 2º;

2. comprovar adimplência com as suas respectivas obrigações, no caso de possuir outras unidades parcelares em Projeto Público de Irrigação;

3. comprovar experiência em agricultura; e,

4. apresentar plano de exploração para a área pretendida.

c) médio agricultor irrigante:

1. comprovar não ser possuidor de área superior à prevista para a classe, conforme definido no art. 2º;

2. comprovar adimplência com as suas respectivas obrigações, no caso de possuir outras unidades parcelares em Projeto Público de Irrigação;

3. comprovar experiência em agricultura;

4. apresentar plano de exploração para a área pretendida; e,

5. demonstrar capacidade de pagamento com apresentação do fluxo de caixa compatível com o plano de exploração apresentado.

d) grande agricultor irrigante:

1. não se enquadrar nas classes anteriores;

2. comprovar adimplência com as suas respectivas obrigações, no caso de possuir outras unidades parcelares em Projeto Público de Irrigação;

3. comprovar experiência em empreendimentos agrícolas;

4. apresentar plano de exploração para a área pretendida; e

5. demonstrar viabilidade econômico-financeira e capacidade de pagamento do investimento necessário à implementação da área pretendida.

§ 2º Os demais critérios necessários para a seleção em cada Projeto Público de Irrigação serão disciplinados nos respectivos editais de licitação das unidades parcelares.

§ 3º No caso de Projetos Públicos de Irrigação de interesse social, a seleção dos agricultores será disciplinada em ato conjunto do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 4º A seleção de agricultores irrigantes classificados como pequenos, médios e grandes será submetida a processo licitatório.

Art. 41. Entende-se por aproveitamento econômico a exploração da área mínima prevista no estudo de viabilidade do projeto de irrigação ou, na ausência deste, exploração superior

a 60% da área irrigável da unidade parcelar, considerando a área média cultivada nos últimos dois anos.

Art. 42. A ampliação e modernização da infraestrutura parcelar deverão respeitar as tecnologias de produção adequadas às culturas em exploração e à capacidade econômica do agricultor irrigante.

§ 1º No caso de ampliação da infraestrutura de irrigação parcelar que implique em aumento da área irrigável, deverão ser atendidas as condições estabelecidas no art. 36.

§ 2º O Ministério da Integração Nacional incentivará a modernização da infraestrutura parcelar da área irrigada, em bases ambientalmente sustentáveis, em articulação com outros ministérios, com instituições financeiras oficiais e outras entidades correlatas.

Subseção V

Da Emancipação dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 43. A gestão dos Projetos Públicos de Irrigação implantados diretamente pelo Poder Público com a previsão de transferência da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção será progressivamente transferida aos agricultores irrigantes, por meio da Organização de Irrigantes de que trata o inciso XI do art. 2º, considerando-se as seguintes fases:

I - Operação Inicial: fase que se inicia após a adjudicação das unidades parcelares aos irrigantes para sua ocupação, passando pelos testes operacionais complementares das infraestruturas, início da exploração agrícola da unidade parcelar, processo de mobilização para a formação e formalização da Organização de Irrigantes (OI), e finaliza com a celebração do contrato de delegação dos serviços de irrigação entre a EPRP e a OI, sendo esta fase executada pela Entidade Pública Responsável pelo Projeto (EPRP), com previsão de conclusão da fase no prazo máximo de 2 (dois) anos;

II - Cogestão: fase que se inicia após a celebração do contrato de delegação dos serviços de irrigação para esta fase e finaliza quando a OI alcançar a plena capacidade administrativa, com base em metas e indicadores de desempenho, para executar os serviços de irrigação, sendo esta fase executada de forma compartilhada entre a entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação e a OI nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, com previsão de conclusão da fase no prazo máximo de 4 (quatro) anos.

III - Autogestão: fase que se inicia após a celebração do contrato de delegação dos serviços de irrigação, com base em metas e indicadores de desempenho específico para esta fase, passando pela regularização fundiária e ambiental por parte da EPRP, ainda com participação financeira da EPRP para custeio operacional e apoio técnico à OI, e finaliza no momento em que a OI atinge autossustentação financeira na execução desses serviços, assumindo, integralmente, o custeio operacional do projeto, quando este deverá ser declarado emancipado por ato do Ministério da Integração Nacional, com previsão de conclusão da fase no prazo máximo de 4 (quatro) anos;

IV- Emancipação: fase que se inicia após ato declaratório de emancipação do Ministério da Integração Nacional, com a celebração do contrato de delegação dos serviços de

irrigação, com base em metas e indicadores de desempenho específico para esta fase, sem participação financeira da EPRP para custeio operacional, passando pela elaboração do plano de transferência da propriedade pela EPRP e OI, e finaliza no momento em que a OI atinge a plena capacidade econômica, assumindo, integralmente, o custeio operacional e o autofinanciamento da gestão do Projeto, com previsão de conclusão da fase no prazo máximo de 4 (quatro) anos;

V - Transferência de Propriedade: fase que se inicia após o momento em que a OI assume integralmente o custeio operacional e o autofinanciamento da gestão do Projeto e finaliza com a transferência da propriedade da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção.

§ 1º As fases descritas nos incisos do **caput** deste artigo obedecerão ao Plano de Emancipação descrito no inciso IX do art. 2º, cujas diretrizes serão disciplinadas por ato do Ministério da Integração Nacional.

§ 2º As fases descritas no **caput** deste artigo poderão ter seus prazos antecipados e ocorrer simultaneamente, quando as avaliações previstas no Plano de Emancipação assim indicarem.

§ 3º Na fase de Operação Inicial, poderá ser concedido prazo de carência para pagamento das tarifas K1 e K2, sendo os serviços de irrigação, nesta fase, executados pela entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação.

§ 4º Na fase de Operação Inicial, o custeio da prestação dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e saneamento deve ser transferido pela entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação aos respectivos entes responsáveis por esses serviços, bem como devem ser transferidas as respectivas infraestruturas sociais.

§ 5º Nas fases de I a IV a entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação tem direito a voz e veto nas decisões da Organização de Irrigantes.

§ 6º A partir do início da fase de Cogestão a tarifa K1 será cobrada de forma integral até a quitação total da amortização do investimento público.

§ 7º Quando o Projeto Público de Irrigação for implantado nas modalidades concessão ou permissão, as condições e a oportunidade da emancipação serão estabelecidas nos editais de implantação, de ocupação e de prestação dos serviços de irrigação em Projetos Públicos de Irrigação, observando-se os artigo 27.

§ 8º O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação será adotado para obtenção e tratamento das informações e geração de indicadores necessários para o acompanhamento e avaliação dos processos de emancipação dos Projetos de Públicos de Irrigação executados diretamente pelo poder público, bem como nos casos de concessão e permissão.

Subseção VI

Das Penalidades aos Agricultores Irrigantes dos Projetos Públicos de Irrigação

Art. 44. Da indenização de que trata o art. 39 da Lei nº 12.787, de 2013, será descontado todo e qualquer valor em atraso de responsabilidade do agricultor irrigante, bem como multas e quaisquer outras penalidades incidentes por conta de disposições contratuais.

Parágrafo único. O valor das benfeitorias úteis e necessárias à produção agropecuária na área da unidade parcelar será estabelecido através de laudo de avaliação emitido por profissional habilitado, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - ART/CREA.

Art. 45. Nos casos de retomada da unidade parcelar, os valores de aquisição da terra já pagos, conforme art. 35, serão devolvidos ao agricultor irrigante, observados os descontos previstos no **caput** do art. 44.

Parágrafo único. A unidade parcelar retomada será objeto de nova cessão ou alienação conforme art. 40 da Lei nº 12.787, de 2013.

Art. 46. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, xx de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF